

## A LÓGICA URBANA FRAGMENTÁRIA: DELIMITAR O CONCEITO DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Jean Legroux

Universidade Estadual Paulista (UNESP)  
Departamento de Geografia de Presidente Prudente, SP, Brasil  
[jean.legroux@unesp.br](mailto:jean.legroux@unesp.br)

### RESUMO

Este artigo visa delimitar o conceito de fragmentação socioespacial, enquanto ferramenta teórico-analítica para estudar as cidades. A partir de uma revisão da literatura, a fragmentação socioespacial é explorada sob diversos aspectos: como processo, como forma urbana, como conceito, como paradigma e como método. Argumenta-se que a ideia de fragmentação socioespacial precisa dialogar com outras vertentes teóricas capazes de explicar as mudanças em curso no urbano. Assim, o conceito de fragmentação, para estudar as mudanças urbanas em curso, precisa ser apreendido junto com a fase crítica (de urbanização planetária) e com a fase atual do capitalismo. A partir daí, o cotidiano urbano e as práticas socioespaciais são indicadas como caminhos para captar a fragmentação socioespacial.

**Palavras-chave:** Fragmentação socioespacial. Paradigma. América Latina.

### URBAN FRAGMENTATION LOGIC: DELIMITING THE CONCEPT OF SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION

#### ABSTRACT

This article aims at delimiting the socio-spatial fragmentation concept, as theoretical and analytical tool to study the cities. Based on literature review, mainly Latin-American and the Brazilian, socio-spatial fragmentation is understood in a plural way: as a process, as urban forms, as a concept, as a paradigm and as a method. Furthermore, the idea of socio-spatial fragmentation, whether as a process or a paradigm, needs to dialogue with other theories that are able to explain current urban changes. Thus, the concept of socio-spatial fragmentation, to study current urban changes, needs to be understood within the era of urban planetarization and the contemporary capitalism. Then, we point everyday life and socio-spatial practices as ways to capture socio-spatial fragmentation.

**Keywords:** Socio-spatial fragmentation. Latin America. Paradigm.

### INTRODUÇÃO

A fragmentação socioespacial<sup>1</sup> é um processo, ora considerado como uma noção descritiva, ora como um conceito. Este artigo analisa a trajetória da ideia de fragmentação socioespacial, da ideia ao conceito, e elabora uma proposta de delimitação deste. De fato, apesar das dúvidas referentes à sua “fragilidade conceitual” no final dos anos 1990, trata-se de verificar se as pesquisas empíricas e os debates teóricos das duas últimas décadas fornecem elementos que permitem afirmar que a fragmentação socioespacial se constituiu como um “um conceito de valor paradigmático” (VIDAL,

---

<sup>1</sup> Segundo Souza (2013, p.15-16), o termo “socioespacial”, sem hífen, designa uma situação em que o “social” meramente qualifica o espacial, isto é, “sem referência direta às relações sociais que produziram” tal ou tal objeto. Mas, “para compreender e elucidar o espaço [...] é necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o sócio-espacial, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais”. Entretanto, segundo Catalão (2011, p.176), “afirmar que socioespacial se refere somente ao espaço social e que sócio-espacial diz respeito ao espaço e às relações sociais simultaneamente pode colocar uma divisão na relação espaço-sociedade, que a Geografia tem tentado [superar]”. Argumenta ainda que “ao se falar de espacial já se está referindo ao espaço social, haja vista que o espaço do qual estamos tratando é forçosamente social [...] Assim, o sentido que Souza atribui a sócio-espacial já se encontra plenamente contido no termo socioespacial”. Concordamos com este último argumento, e usaremos, por tanto, a grafia socioespacial.

1995). Neste aspecto, cabe ressaltar, aqui, uma predominância, da literatura principalmente latino-americana no que se refere aos estudos sobre o tema.

A conceitualização da noção de fragmentação nasce da procura de uma ferramenta descritiva e analítica para explicar as mudanças e as reestruturações em curso no urbano a partir da década de 1970. Não obstante, por ser um processo contemporâneo constituído de várias dinâmicas em curso, isto pode dificultar o entendimento dessa ideia polissêmica.

A ideia de fragmentação socioespacial responde à necessidade de explicar as mudanças do urbano nesta fase de urbanização planetária (BRENNER, 2014, 2018; LEFEBVRE, 1970), no contexto do capitalismo atual. Mas, para isto, a descrição das formas urbanas não é suficiente para a constituição do conceito de fragmentação socioespacial, que precisa também apreender o cotidiano urbano e as práticas espaciais. A partir de uma revisão da literatura, testamos a validade da ideia de fragmentação socioespacial enquanto conceito, antes de esboçar caminhos para captá-la.

## **DA IDEIA AO CONCEITO: O DEBATE DA FRAGMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA DESCRITIVA E ANALÍTICA PARA EXPLICAR AS MUDANÇAS URBANAS**

### ***A lógica fragmentária: o debate da fragmentação como ferramenta descritiva e analítica para explicar as mudanças urbanas***

O espaço especializado é um espaço morto porque é preenchido por apenas uma atividade, em certos momentos, e esta atividade repete-se; Fora os momentos nos quais esta atividade aparece no espaço especializado, este espaço é perdido; [...] Então, desta forma, esta sociedade aprisiona-se nos seus próprios espaços especializados, fragmentários, isolados uns dos outros. (LEFEBVRE, 1972<sup>2</sup>).

Apesar do uso do termo “espaços fragmentários” já nos anos 1970 (LEFEBVRE, 1972), a lógica fragmentária ficou mais evidente nas décadas seguintes. Neste marco temporal, a fragmentação pode ser associada a duas dinâmicas gerais que também começam a ser estudadas nesta época.

Em primeiro lugar, realização da “fase crítica”, processo pelo qual a sociedade industrial deixa lugar à “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 1970). Este processo exige novas ferramentas de análise das cidades e do urbano, dentre as quais a fragmentação socioespacial; ii) o que podemos denominar, de forma genérica, de “fase atual do capitalismo” – que implica em um acirramento do neoliberalismo como “nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016), e na difusão e fixação dos valores do mercado na sociedade (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001). A globalização, neste sentido, também redefine a divisão social do trabalho, levando a uma “redefinição da lógica de [re]estruturação das cidades que se articula a mudanças nos papéis exercidos por elas, como parte da reestruturação urbana em curso” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.296). Importante também, neste contexto, o papel das tecnologias e da informação, o que Santos (1996) denominou de “meio técnico-científico-informacional”. Neste sentido, o papel das tecnologias e da internet precisa ser explicitado e trazido na discussão da fragmentação pelos seus impactos sobre diversas dimensões das práticas e experiências urbanas. Esta fase atual do capitalismo e as dinâmicas de produção do espaço que dela decorrem, contribuíram à criação de uma lógica fragmentária. Segundo Vidal (1995), ao estudar a sua própria realidade urbana, alguns pesquisadores brasileiros começaram a utilizar a noção de fragmentação como recurso descritivo e analítico. O autor frisa que a adoção da noção de fragmentação nos estudos sobre a cidade é o resultado de “uma dupla constatação realizada pela comunidade científica brasileira: a de uma ruptura no processo de urbanização, e em decorrência deste fenômeno, uma inadaptação das ferramentas tradicionais de reflexão sobre a cidade” (VIDAL, 1995, p.163).

As reestruturações do urbano se materializam em novas formas e conteúdos urbanos e em novos modelos de urbanização, que começam a ficar mais evidentes nos anos 1990. Na medida em que os paradigmas explicativos da cidade industrial mostram suas limitações para explicar as novas realidades urbanas, a ideia de fragmentação desponta como questão a ser debatida. Ou seja, a noção de fragmentação, apesar de uma “fragilidade conceitual”, seria pertinente, na medida em que, de uma certa forma, ela designa um processo de partição, de explosão de um objeto espacial [a cidade] considerado como portador de uma unidade social (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002). Ora, a

<sup>2</sup> Tradução (e transcrição) própria de: « L'espace spécialisé est un espace mort parce qu'il est rempli que par une certaine activité, à certains moments, et cette activité se répète elle-même, et en dehors des moments où cette activité apparaît dans l'espace spécialisé, cet espace est perdu [...] Alors cette société comme ça s'enlise dans ses propres espaces spécialisés, fragmentaires, isolés les uns des autres ».

noção de fragmentação não implica que as cidades já tenham sido unitárias ou coesas – razão pela qual o conceito é bastante criticado

Ainda no que diz respeito à passagem de uma lógica unitária para uma lógica fragmentária, vale dizer que a extensão das grandes cidades latino-americanas, entre os anos 1940 e 1970, “não são o resultado da rejeição à cidade compacta nem de uma postura anti-urbana, mas de um esforço sustentado para manter a sua unidade” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p.33). Ou seja, na tentativa de controlar o destino do urbano, as cidades foram estendendo seus limites à medida que a periferia foi crescendo, conjuntamente com um certo clientelismo eleitoral (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2005). A crise urbana – que se caracteriza, na América Latina, pelo aumento do informal, da pobreza e da precariedade, dentre outros, – é vivenciada, especialmente, a partir dos anos 1980. Existe uma mudança de postura do Estado, concomitante ao crescimento do neoliberalismo<sup>3</sup>. Neste sentido, a lógica de produção das cidades obedece cada vez mais aos mecanismos de mercado (desregulamentação e privatizações): “os Estados que estiveram tão presentes no destino destas metrópoles renunciam agora ao controle do urbano” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001, p.34), deixando assim de lado o seu papel de manter e de promover uma certa coesão social e territorial. Na seção seguinte, retratamos o debate brasileiro, conjuntamente com alguns exemplos latino-americanos, em torno da ideia de fragmentação socioespacial como ferramenta analítica e descritiva.

### ***A fragmentação socioespacial no debate brasileiro e latino-americano: a procura de uma ferramenta analítica e descritiva***

Começando pelo exemplo brasileiro, o debate sobre a fragmentação socioespacial ganha fôlego, inicialmente nos anos 1990, a partir das metrópoles. A partir das décadas de 1980-1990, constata-se que as cidades se encaixam cada vez menos em modelos como os de “centro-periferia”, de “cidade dual”, de “cidade polarizada”, e, cada vez mais, em uma lógica fragmentária.

No caso de São Paulo, Santos (1990), em *Metrópole corporativa fragmentada*, já fornecia indícios de processos de fragmentação, apontando a localização preferencial, por parte do poder público, dos projetos habitacionais populares em áreas distantes do centro e das áreas valorizadas da cidade, assim como a importância do automóvel. Também identificou a proliferação de “vazios urbanos” nesta metrópole: “a tendência à formação de uma cidade espalhada, com as áreas ocupadas intercaladas com grandes espaços vazios convidativos à especulação” tornou-se exponencial (SANTOS, 1990, p.29). Na década de 1980, notava-se uma segregação radial e concêntrica em São Paulo (BONDUKI e ROLNIK, 1982), isto é, um crescente esvaziamento e precarização em direção às periferias – também notada por Santos (1990). Nas últimas décadas, apesar desta estrutura permanecer, observa-se uma complexificação, ligada à maior heterogeneidade das periferias e à maior homogeneidade nas áreas habitadas pelas elites (MARQUES, 2014; MARQUES e REQUENA, 2013).

No Rio de Janeiro, Ribeiro (1999, p.7) também mostra que o modelo da cidade polarizada ou dual tende a não ser mais explicativo das mudanças em curso na década de 1990. Para o autor, além da existência de uma classe alta (qualificada profissionalmente e ocupando espaços privilegiados em termos de infraestruturas e serviços) e de classes pobres (com informalidade do trabalho e da moradia e baixa qualificação profissional), existe a constituição de classes médias, que participam do processo de segregação marcado por “modos de produção da moradia, pela gestão do solo urbano e a distribuição de infraestruturas e serviços que atendem às necessidades de consumo urbano diferenciado e diferenciador das classes médias”. Neste sentido, Navez-Bouchanine (2002, p.5), ao tratar do surgimento da noção de fragmentação, também afirma que as análises das diferenciações socioespaciais, por focar-se apenas no espaço residencial, são frequentemente estáticas. O conceito de fragmentação convida, assim, a enxergar as desigualdades e as diferenciações, além da dimensão residencial.

O processo de fragmentação socioespacial deu origem a vários termos, ou, melhor dito, gira em torno de diversas expressões e conceitos, todos eles remetendo à perda de uma certa unidade espacial das cidades: balcanização, arquipelização, dualização, segregação, segmentação, polarização socioespacial (NAVEZ-BOUCHANINE, 2002). Nesta lógica, Duhau e Giglia (2016), a partir de

---

<sup>3</sup> Importante, dentre outros, voltarmos à obra de Harvey (1989, 2005, 2008) para o estudo das crescentes flexibilizações (regime de acumulação flexível) na produção do espaço urbano, lógicas de privatização e desregulamentação, respondendo a estratégias mercantis e privadas, que envolvem os poderes públicos, aliados ao poder financeiro e aos agentes hegemônicos.

diversos modelos de metrópoles (na América latina, nos Estados-Unidos e na França) argumentam que a crise do fordismo tem criado uma diversidade de “ordens urbanas” – que os autores entendem como sinônimo de “organização social” – mais desconexas e separadas em termos espaciais, sociais e culturais. Simultaneamente, na França, Béhar (1995, p.10), ao analisar a questão urbana através dos subúrbios parisienses, critica o postulado de uma sociedade dual para falar de uma “segregação dissociada em microterritórios” e da “aceleração do movimento de atomização social e a emergência de uma sociedade de arquipélagos”. A partir da análise das formas e dos conteúdos urbanos, a fragmentação socioespacial consolidou-se enquanto conceito.

Para citar alguns exemplos latino-americanos, notamos que o debate se estrutura inicialmente em torno das interações entre globalização (pós-fordismo) e metropolização, e, por tanto, inicialmente focado nas metrópoles. As análises focam-se nos novos elementos de diferenciação e de segregação, com ênfase no seu caráter fragmentário – isto é, nas rupturas, nos fechamentos, nas separações. Na Venezuela, nota-se uma acentuação de uma Caracas atomizada, onde aumentam a autossegregação e as vulnerabilidades, com um foco no par pobreza-globalização (CARIOLA e LACABANA, 2001). No mesmo sentido, a partir da virada neoliberal dos anos 1990, “que modificam fundamentalmente os mecanismos de integração à cidade e ao território” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2005), Buenos Aires também é analisada a partir de uma tripla visão da fragmentação: política e institucional, de gestão e, socioespacial. A autora também destaca o aumento da pobreza e da violência, que criam novas formas de segregação (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001). No caso equatoriano, o processo de fragmentação urbana é associado à processos neoliberais e globais que têm impactos sobre as dinâmicas do mercados imobiliário que acompanha e incentiva o “*aislamiento voluntário*” das classes mais abastecidas (ESPINOSA e OSPINA, 2009). Segundo os autores, este auto isolamento provoca uma diluição da cidade, onde “seus habitantes, confrontados à múltiplas inseguranças, se adaptaram as constantes crises e ao caos diário”<sup>4</sup> (ESPINOSA e OSPINA, 2009, p.83). Em Santiago do Chile, também, se observa uma “nova característica da fragmentação espacial: a aparição de edifícios altos e bairros residenciais totalmente afastados do resto da cidade por muros, barreiras e instalações de seguridade”<sup>5</sup> (HIDALGO e BORSODORF, 2011), onde os bairros cerrados se manifestam como expressão, igualmente, da globalização. Outra análise, com enfoque original na mobilidade, nos tempos e nas interações entre fragmentos, fornece elementos pertinentes do das dinâmicas de segmentação e atomização em Santiago (JIRÓN e MANSILLA, 2014). Para a cidade de México, Duhau e Giglia (2016), utilizam o conceito de fragmentação de maneira interpretativa e descritiva para analisar a complexificação e a criação de novas formas de produção do urbano, enfatizando também o crescimento da economia de serviços e a explosão da informalidade urbana. Os autores falam de “cidades” (com “c” minúsculo), para referir-se à diferentes ordens urbanas que coexistem dentro da Cidade, propondo uma tipologia: a cidade do espaço disputado (centros históricos, turismo e lazer, solos de usos mistos), a cidade do espaço homogêneo (espaços de moradia unifamiliar com tendências a serem exclusivos, com um espaço público limitado, de circulação apenas), a cidade do espaço coletivizado (conjuntos habitacionais, reunindo uma “pretensa comunidade de residentes”), e a cidade do espaço negociado (autoconstrução da moradia e gestão coletiva dos serviços básicos e irregularidades jurídicas).

## A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: DELIMITAR O CONCEITO

### *Organizando as formas e os conteúdos: a fragmentação socioespacial como conceito?*

A separação socioespacial, especialmente no que diz respeito à segregação residencial, é ainda um processo estruturante e explicativo das dinâmicas urbanas atuais. Mas, a fragmentação vai além da separação física e social, para insistir em dinâmicas que intensificam as rupturas e a relativa incomunicabilidade entre diferentes pedaços cada vez mais desconexos e diferenciados. Ela expressa i) um acirramento dos processos de segregação e diferenciação dos e nos diferentes espaços urbanos, em termos de classes sociais e de funções atribuídas a estes (trabalho, lazer, moradia, etc.), e ii) formas e conteúdos urbanos socioespaciais cada vez mais complexos, com ênfase nas rupturas e separações.

<sup>4</sup> Tradução própria de: “sus habitantes, confrontados a múltiples inseguridades, se adaptaron a las constantes crisis y al caos diário”.

<sup>5</sup> Tradução própria de: “la nueva característica de la fragmentación espacial: la aparición de edificios altos y barrios residenciales totalmente aislados del resto de la ciudad por muros, barreras, e instalaciones de seguridade”.

A fragmentação expressa, assim, uma intensificação e uma complexificação de diversos processos, alguns mais antigos, outros mais recentes. Durante várias décadas, as consequências da especialização, da funcionalização do espaço urbano, próprio da cidade industrial, foram amplamente estudadas através do conceito de “segregação”, com todos os seus agregados, “residencial”, “socioespacial”, ou ainda “silenciosa” (SUGAI, 2015). À medida que crescem as análises de elementos fragmentários nas cidades, o conceito de segregação ganha novos contornos, principalmente com o crescimento da “autosegregação” – isto é, o auto isolamento e a separação voluntária das classes médias e altas em espaços residenciais fechados. No Brasil, este fenômeno foi observado tanto nas metrópoles, como em São Paulo (CALDEIRA, 2000), mas, também, em diversas cidades de porte médio (SPOSITO e GÔES, 2013).

A fragmentação começa, desta forma, a despontar como conceito quando se coloca como explicação abrangente da realidade. Assim, Prévôt-Schapira (2001) conclui que as cidades da América Latina estariam passando da marginalidade à fragmentação (social e espacial), enquanto para outras, existe a passagem progressiva da segregação à fragmentação socioespacial, trazendo elementos de definição:

[...] A fragmentação [...] é um processo posterior, historicamente, ao de segregação, tanto quanto mais complexo no que toca suas condicionantes e dinâmicas [...] agora, novos elementos se combinam para o reconhecimento da fragmentação, como a existência de uma policentralidade e a conformação de territórios descontínuos, gerando morfologias menos integradas territorialmente. (SPOSITO e GÔES, 2013, p.305)

Espacialmente, a fragmentação remete a um campo lexical verificável nos espaços urbanos: cortes, muros, confinamentos, descontinuidades físicas e morfológicas, rupturas, fraturas, explosão do tecido urbano, etc. Assim, a lógica fragmentária refere-se à existência e constituição de espaços urbanos sob a forma de um mosaico, de um arquipélago de fragmentos (pedaços, ilhas, enclaves, etc.) mal articulados entre si e com altos níveis de desigualdades em termos de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos. Ou seja, trata-se de “fortes contrastes entre diferentes partes da cidade, mas também a um acesso difícil entre estas, que se concretiza por barreiras ou outras formas de desconexões físicas ou de descontinuidades morfológicas” (SÉGUIN, 2011, p.1). No tocante às cidades brasileiras, nota-se uma acentuação das desigualdades socioespaciais que se dão, segundo Sposito (2019, p.1), através de duas dinâmicas principais: o “afastamento socioespacial dos mais pobres, em direção a setores da cidade menos dotados de meios de consumo coletivo [e] a intensificação da concentração espacial dos mais ricos em áreas mais distantes do centro, mas fortemente servidas por bens e serviços públicos”. A esta diferença em termos de acesso a serviços e infraestruturas, soma-se uma maior diferenciação pelo consumo, fortemente impulsionado pela perda das centralidades “tradicionais” e pelo modo de vida associado aos condomínios fechados (GÔES e SPOSITO, 2016).

Socialmente, nota-se o “recoo comunitário”, o crescimento de “lógicas exclusivas” (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001), a “diluição dos laços orgânicos entre [...] pedaços de cidade” (BÉHAR, 1995, p.11), e uma crescente diferenciação em termos de práticas espaciais na cidade, cada vez mais ligadas ao consumo.

Vemos que a noção de fragmentação socioespacial não nega outros conceitos e processos, mas, ao contrário, integra-os à análise. Deste modo, a fragmentação socioespacial ganha corpo para explicar a complexidade dos processos atuais das cidades, organizando outros processos e conceitos, alguns mais antigos (como os de segregação, de periferação, de diferenciação socioespacial, de desigualdades de acesso a bens e serviços básicos, desigualdades de renda, etc.) – e outros mais recentes (autosegregação, concentração dos mais ricos, policentralidade<sup>6</sup>, etc.). Neste sentido, a fragmentação socioespacial aponta para a sua constituição em conceito<sup>7</sup>, ou seja, em categoria que organiza os conhecimentos e, ao mesmo tempo, as interpretações de um dado objeto de estudo ou de pensamento; ou seja, um conceito para a interpretação de um novo arranjo socioespacial das cidades. Este conceito de investigação do urbano, foi se fortalecendo na base de análises empíricas recentes (DUHAU e GIGLIA, 2016; SPOSITO e GÔES, 2013; SÉGUIN, 2011).

<sup>6</sup> Mais recentes não no sentido de “novos”, mas com uma expressão mais forte hoje, lembrando, ao abordar, por exemplo, o tema da policentralidade, que Castells (1972), ao descrever os processos de urbanização, já fala de uma estrutura “multi-nuclear” e de difusão urbana.

<sup>7</sup> Um conceito pode ser definido como uma ideia geral e abstrata que a mente humana, se faz de um objeto de pensamento concreto ou abstrato, e que lhe permite unir a este mesmo objeto, as diversas percepções que tem deste e de organizar os conhecimentos.

Desta forma, muito além de um novo vocabulário, o conceito organiza a ideia para tornar-se uma ferramenta analítica e teórica, dentre outras, para compreender as mudanças do urbano e as relações entre espaço e sociedade na fase atual do capitalismo. Ainda resta abordar a fragmentação socioespacial como paradigma, objeto da próxima secção.

### **A hipótese do “conceito de valor paradigmático”?**

Baseando-se na produção acadêmica brasileira, no artigo *Les mots de la ville au Brésil. Un exemple: la fragmentation*<sup>8</sup>, Vidal (1995) pergunta-se: a ideia de fragmentação é “uma simples hipótese de trabalho”, uma “hipótese heurística” ou “um conceito de valor paradigmático, que permite superar o modelo de análise da cidade industrial”?

Se o conceito “organiza” os conhecimentos, o paradigma, na sua vertente filosófica, designa, segundo o dicionário do site *Toupie* (2021) “o conjunto dos elementos que formam um campo de interpretação de uma realidade em um momento dado”, isto é, uma representação do mundo, uma maneira de ver as coisas, um modelo de pensamento que se baseia em (um) fundamento (s) (modelo teórico, matriz disciplinar) específico(s). A definição de Kuhn (1962) acrescenta considerações no que diz respeito ao que é um paradigma: i) um conjunto de observações e de fatos verificados; ii) um conjunto de perguntas que devem ser respondidas com relação a um tema específico, iii) uma maneira de formular perguntas (e de responder). Resumido na visão de Masterman, citado por Willet (1996), Kuhn utiliza a palavra paradigma em três categorias de sentidos: o paradigma como um princípio organizador que determina a percepção, uma nova maneira de ver; o paradigma como descoberta científica concreta, um conceito destinado a ser estruturado e detalhado em condições novas (um paradigma sociológico); o paradigma como fonte de instrumentos de pesquisa, como técnica.

A partir destas definições, alguns elementos podem sustentar a hipótese da construção, em curso, da fragmentação socioespacial como paradigma. Enquanto “maneira de ver e interpretar”, a fragmentação socioespacial, a partir dos anos 1990, vem constituindo-se em uma maneira de ver e de interpretar uma série de processos, como a aceleração das dinâmicas de qualificação/desqualificação das áreas urbanas, a intensificação da explosão dos tecidos urbanos (e dos seus conteúdos sociais), a intensificação da policentralidade, a multiplicação dos vazios urbanos, e a aceleração dos processos de fechamentos e de auto isolamento (vertical ou horizontalmente) das classes médias e altas<sup>9</sup>. Enquanto conjunto de observações e de fatos verificados, os trabalhos empíricos verificam, também, cada vez mais os processos de fragmentação socioespacial.

Um outro aspecto interessante da definição do paradigma como conjunto de perguntas a serem feitas, é que coloca a fragmentação socioespacial também como maneira de fazer-se indagações de pesquisa. Enquanto conceito destinado a ser estruturado, em condições novas, remete a algumas perguntas: “de que maneira as mudanças na divisão social e territorial (local e internacional) do trabalho – sejam elas interpretadas como resultado da fase crítica e/ou do neoliberalismo, ou da crise da modernidade – têm efeitos nos processos de fragmentação socioespacial?”, “Qual é o papel do Estado (e das representações deste) nestes processos?” Ou, ainda: “como captar a fragmentação socioespacial empiricamente, além das descrições espaciais?”. A questão do tempo, no sentido em que o paradigma tenta explicar a realidade e se constrói em “um momento dado”, também é importante para a fragmentação socioespacial, explicando uma parte da realidade contemporânea.

Assim, respondendo à pergunta de Vidal (1995), poderíamos dizer que o conceito de fragmentação socioespacial, reveste algumas características de paradigma, na medida em que tende a se constituir como uma chave interpretativa, visão de mundo, maneira de representar e compreender as relações entre espaço e sociedade. Se as ferramentas de análise da cidade fordista ou industrial não são capazes de explicar o urbano, é porque este mudou. Isto não quer dizer, não obstante, que a fragmentação posa dar conta, por si só, nem de “superar o modelo de análise da cidade industrial” nem explicar a realidade de forma abrangente. Para isto, é preciso recorrer a outros paradigmas, conceitos e sistemas teóricos.

<sup>8</sup> Traduzimos para o português como: “As palavras da cidade no Brasil. Um exemplo: a fragmentação”.

<sup>9</sup> Mas não somente. Os trabalhos de campo realizados nos meses de outubro e novembro pelo autor, junto com a equipe do projeto FragUrb/Unesp, nas cidades de Marabá, Chapecó e Ribeirão Preto, mostraram que esta lógica não é própria das classes altas apenas. Nestas cidades, existem inúmeros exemplos de conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida que foram fechados com muros, quando não são os moradores que cercam as suas casas com um muro.

## **CAMINHOS PARA CAPTAR A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Para compreender a fragmentação socioespacial, formula-se a proposta de uma análise dialética que situa o entendimento da fragmentação socioespacial na interseção entre os determinantes do funcionamento atual do capitalismo, por um lado, e as práticas espaciais, o cotidiano urbano de indivíduos, por outro lado. Em outras palavras, a fragmentação socioespacial, nesta mediação, precisaria ser compreendida de cima – o “sistema capitalista” e a “urbanização planetária” – (de onde vem, para simplificar) e de baixo, isto é, a partir da análise empírica das práticas espaciais (como se manifesta, como é capturada). É nesta tensão, nesta mediação entre universal/particular, nesta dicotomia entre o “sistema” e as “práticas espaciais” dos indivíduos, grupos sociais e agentes, que a fragmentação socioespacial pode ser entendida na sua complexidade.

### ***A fase atual do capitalismo e urbanização planetária e: enquadrando a fragmentação socioespacial do ponto de visto teórico***

O conceito de fragmentação socioespacial tem poder explicativo de um processo (a lógica fragmentária), que se insere em um quadro mais amplo de mudanças do (e no) urbano. Por esta razão, precisa dialogar com outras fontes teóricas que explicam estas mudanças. Ao nosso ver, duas vertentes teóricas principais são imprescindíveis para entender e usar o conceito e/ou paradigma da fragmentação socioespacial: a fase atual do capitalismo (neoliberalismo e globalização) e a urbanização planetária.

A fragmentação socioespacial é, em parte, resultado de uma lógica de produção das cidades que obedece cada vez mais aos mecanismos de mercado – desregulações e privatizações (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2001), regime de “acumulação flexível” (HARVEY, 1989) e “compressão espaço temporal” (HARVEY, 1994). Neste sentido, o paradigma da fragmentação socioespacial dialoga estreitamente com interpretações desta fase de neoliberalismo e de globalização (BOURDIEU e WACQUANT, 2000; HARVEY, 1989; 2005, 2008; JONAS e WILSON, 1999; MOLOTCH, 1976; HABER, 2013; LORRAIN, 2016; PINSON, JOURNAL e MOREL, 2016). Assim, a fase atual do capitalismo (em crise) – em suma, da “urbanização do capital” que produz “um caleidoscópio da experiência urbana” (SWYNGEDOUW, 2018) – não pode ser ignorada. Dar atenção aos processos atuais do capitalismo e da globalização, não implica necessariamente colocar-se sob um prisma interpretativo determinista ou estruturalista, no qual as relações sociais e espaciais estariam totalmente determinadas e dominadas pelo sistema econômico. Mas isto exige, por exemplo, dar uma atenção especial à divisão social do trabalho (em diversas escalas) e às mudanças do par público-privado e do papel do Estado – ligadas a sociedade capitalista no seu atual contexto.

As lógicas neoliberais provocam um enfraquecimento do Estado, e uma incorporação do mesmo nas suas estratégias de privatização e de mercantilização do espaço urbano. Há maior fragmentação socioespacial porque o próprio espaço tornou-se o foco principal da acumulação capitalista. Ao nível da forma urbana, embora os processos de periferação das classes populares não sejam algo novo nas metrópoles brasileiras (SANTOS, 1990; ABREU, 1996), a fragmentação indica uma intensificação da dispersão, distensão e explosão urbana. Ao nível do Estado e do planejamento a lógica neoliberal aprofunda, por um lado, uma “segregação imposta”, de cunho institucional (políticas de Estado onde os atores privados desempenham um papel importante) e implica um reforço da lógica de afastamento espacial e social e/ou de confinamento das classes mais populares. Por exemplo, a própria estrutura e lógica privada do programa Minha Casa Minha Vida<sup>10</sup>, têm levado, de forma geral, à construção de conjuntos habitacionais em periferias carentes de infraestruturas e serviços públicos (MENDONÇA e COSTA, 2011). As políticas habitacionais, mas, também, de infraestruturas e serviços urbanos, à medida em que são submetidas progressivamente à uma lógica mercantil e privada, mudam o conteúdo do par público-privado, incentivando novas formas de moradia (novos produtos imobiliários) e modos de vida caracterizados pelo recuo, pelo fechamento e pelas estratégias de “evitamento”. No que diz respeito à autosegregação, existe uma relação evidente entre as condições (sejam elas objetivas ou simbólicas) de pobreza urbana, de violência (e/ou insegurança) e o relativo “abandono” do Estado. Neste sentido, a constituição de uma nova “representação social do Estado [...] “incapaz de exercer o monopólio da violência”, justifica as estratégias de auto isolamento das classes médias e altas, em “espaços residenciais fechados”. Estas mudanças do papel do Estado

<sup>10</sup> Por exemplo, o fato de que cabe às empresas construtoras escolherem os terrenos para implantação dos conjuntos, o que fazem seguindo a lógica de mercado.

traduzir-se-iam em uma mudança na posição “dos sujeitos, que teriam passado de cidadãos que reclamam direitos a consumidores que demandam produtos e serviços personalizados e individualizados como apenas o mercado (e suas empresas) é capaz de oferecer, porque incompatíveis com o caráter universal dos direitos” (SPOSITO e GÓES, 2013, p.278). Cabe ressaltar que, nestes processos, a progressão da lógica neoliberal nas políticas públicas intensifica o “splintering urbanism” (GRAHAM e MARVIN, 2001), o “urbanismo fragmentador” (JIRÓN e MANSILLA, 2014 – isto é, uma gestão fragmentada e diferenciada dos serviços e infraestruturas nos diferentes territórios, ou pedaços urbanos.

Como segundo eixo deste apartado, a proposta teórica da urbanização completa da sociedade (LEFEBVRE, 1970), reatualizada pelas análises da urbanização planetária (BRENNER, 2014, 2018), dialoga com as dinâmicas de neoliberalização e de globalização. Dentro deste debate, e colaborando com a delimitação contemporânea do conceito de fragmentação, um trabalho recente propõe interfaces entre a fragmentação socioespacial, a “urbanização diferencial” e a vida cotidiana (MORCUENDE, 2020). Existe uma correlação dialética entre o paradigma da fragmentação socioespacial e o da urbanização completa da sociedade – que, apesar de se traduzir em homogeneização do espaço, produz fragmentação:

Esta extensão mundial não acontece sem um grande risco de homogeneização do espaço e de desaparecimento das diversidades. A homogeneização, contudo, é acompanhada da fragmentação. O espaço divide-se em parcelas que são compradas e vendidas. O seu preço depende de uma hierarquia. É assim que o espaço social, ao mesmo tempo que se homogeneiza, fragmenta-se em espaços de trabalho, lazer, produção material, serviços diversos. Ao longo desta diferenciação, outro paradoxo: as classes sociais hierarquizam-se, inscrevendo-se no espaço de maneira crescente [...] Logo, só restará na superfície da Terra, ilhas de produção agrícola e desertos de concreto<sup>11</sup>. (LEFEBVRE, 1983, p.16).

A homogeneização do espaço, isto é, a difusão completa do fenômeno urbano, produz, de forma contraditória, fragmentação. Além do crescimento “formal” das cidades, nos seus limites administrativos e de gestão, e do fenômeno de metropolização em termos de extensão, de número de habitantes e de novos processos, trata-se de entender como a superação da contradição campo-cidade, com processos de explosões-implosões impactam as lógicas fragmentárias. O autor define a sociedade urbana da seguinte forma: “estas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que denomina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*” (LEFEBVRE, 1970, p.15). É desta maneira que o autor interpreta dinâmicas que apontam uma era pós-fordista, e que outros denominam de “sociedade de consumo”, “sociedade industrial”, “sociedade de abundância”, etc. Para Lefebvre, existe uma crise teórica no tocante as análises urbanas, ligada a própria fragmentação das disciplinas: “a fragmentação prática e teórica a que o urbano é submetido, permitindo que cada ‘pedacinho’ passe a ser entregues aos especialistas, confinados eles próprios a uma determinada divisão do trabalho e que, no final das contas pouco ou nada deliberam, não é apenas expressão de suas dificuldades em enxergar a realidade que se forma para além do que as barras das jaulas de suas especialidades permitem” (LEFEBVRE, 1970, p.10). Este “ponto cego” é discutido até hoje, no sentido de uma “crise das epistemologias urbanas” (BRENNER e SCHMID, 2015).

Neste sentido, a superação da contradição campo-cidade, atrelada a hipótese da urbanização completa da sociedade, tem implicações quando analisamos a fragmentação socioespacial. Esta linha de pensamento permite dar uma atenção especial à diversas escalas dos processos urbanos. Em diversas cidades médias brasileiras onde foram identificados estruturas e processos de fragmentação socioespacial, por exemplo, a separação campo-cidade mais atrapalha do que ajuda na compreensão: por exemplo, os investimentos imobiliários podem estar ligados a uma atividade

<sup>11</sup> Tradução própria de: “Cette extension mondiale ne va pas sans un grand risque d’homogénéisation de l’espace et de disparition des diversités. Or l’homogénéisation s’accompagne d’une fragmentation. L’espace se divise en parcelles qui s’achètent et se vendent. Leur prix dépend d’une hiérarchie. C’est ainsi que l’espace social, tout en s’homogénéisant, se fragmente en espaces de travail, de loisirs, de production matérielle, de services divers. Au cours de cette différenciation, autre paradoxe : les classes sociales se hiérarchisent en s’inscrivant dans l’espace, et cela de façon croissante, et non pas, comme on le prétend si souvent, de façon déperissant. Bientôt, il ne restera plus à la surface de la terre que des îles de production agricole et des déserts de béton”.



agropecuária ou de grandes fazendeiros (ou as terras destes), por sua vez, ligada a escala internacional, em termos de preços e de mercado).

### **Cotidiano urbano e práticas espaciais na pós-modernidade**

Além das estruturas, das formas urbanas e do sistema dominante (o capitalismo atual e o Estado), um segundo caminho consiste em apreender a fragmentação a partir da vida cotidiana e das práticas espaciais dos indivíduos. Para ajudar na conexão entre estes diferentes níveis analíticos, o conceito de “triplidade do espaço” (LEFEBVRE, 1974), fornece alguns elementos. Neste prisma interpretativo, o sistema capitalista e a urbanização planetária situam-se ao nível do “espaço concebido”, isto é, o espaço pensado, planejado e produzido pelo poder dominante, o espaço das “representações do espaço” (LEFEBVRE, 1974) - que se difundem e se concretizam através das ações dos tecnocratas, planejadores e urbanistas. Já, o “espaço percebido” se caracteriza por ser o espaço das práticas socioespaciais, é ligado à prática espacial, que é associada a realidade do uso do tempo e a realidade urbana (percursos e redes que ligam as diferentes atividades e domínios do cotidiano urbano). Por fim, o “espaço vivido” – que corresponde aos “espaços de representações”, ao espaço social do “real”, convida a compreender os espaços de fuga, de resistências, de eventuais “costuras” entre espaços fragmentados. É a dimensão na qual o espaço dominado pode ser transformado e apropriado, simbolicamente ou fisicamente, e onde é possível, em teoria, as diferenças verdadeiramente produtivas – isto é, no sentido positivo de realização dos indivíduos.

A análise da vida cotidiana, permite reunir estas diferentes escalas dos processos fragmentários e oferece uma variável cultural, em particular ligada à passagem da modernidade para a pós-modernidade. Esta representaria a queda das “grandes narrativas”, a autonomização e individualização crescentes dos indivíduos, a perda das identidades e/ou a constituição de identidades fracionadas. Neste sentido, a fragmentação, entendida como reflexo das alienações pós-modernas, expressa, de certa forma, o fracasso das possibilidades libertadoras do urbano (LEFEBVRE, 1970). Assim, trata-se de investigar a hipótese segundo a qual o conceito de fragmentação, pode explicar-se através de uma ruptura do cotidiano urbano.

Os fragmentos da vida cotidiana se recortam, se separam em seu próprio “terreno” e se acomodam como as peças de um quebra-cabeça. Cada um deles pressupõe uma soma de organizações e de instituições. Cada um deles – o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres – é explorado de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semiplanificada) dos lazeres. (LEFEBVRE, 1968, p.67).

Se a própria vida cotidiana está fragmentada, a análise empírica da vida cotidiana e das práticas espaciais faz-se necessária para captar a fragmentação socioespacial. Trata-se, também, de uma mudança de escala, do global à metrópole, da metrópole ao município, da municipalidade ao bairro, à rua, aos indivíduos. Através deste prisma, a fragmentação socioespacial compreende-se para além da pergunta “de onde ela vem?” para interessar-se nas seguintes: “Como ela pode ser capturada? Como ela se expressa?”, “como participa de novos modos de vida, práticas e representações?”. Um primeiro intuito é retomar a reflexão de Santos (1996) com relação ao método, que deve trabalhar com a inseparabilidade entre descrição e explicação dos processos em curso. Para tanto, além da descrição e identificação das formas (urbanas), das escalas e do tempo da fragmentação, é preciso aproximar-se do conteúdo desta, pesquisar o conteúdo social (SANTOS, 1996) e/ou a prática social (LEFEBVRE, 1974) que se desenvolvem no espaço, no nosso caso, as ações e estratégias, que contêm as suas contradições, no urbano.

Para Lefebvre (1968), a crítica do cotidiano implica também a crise da “modernidade”, do mundo moderno, que se desenvolve, segundo o autor, em uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”. A respeito da definição do cotidiano e das suas relações com o moderno, o autor sugere: “teremos de interrogar os fatos, incluindo as pessoas e seus discursos” (LEFEBVRE, 1968, p.30). À primeira vista, “o cotidiano parece muito simples. Ele é fortemente marcado pelo repetitivo. Aquele que o analisa descobre logo, contudo, sua complexidade e as múltiplas dimensões: fisiológicas, biológicas, psíquicas, morais, sociais, estéticas, sexuais etc.”<sup>12</sup> (LEFEBVRE, 1983, p.17). E é também por isto

<sup>12</sup> Tradução do autor de: “Au premier abord, la quotidienneté semble très simple. Elle est fortement marquée par le répétitif. Celui qui l’analyse en découvre bientôt la complexité et les multiples dimensions: physiologiques, biologiques, psychiques, morales, sociales, esthétiques, sexuelles, etc.”.

que a fragmentação socioespacial é difícil de ser capturada, porque exige uma análise de práticas espaciais complexas e contraditórias.

A era pós-moderna intensifica diversas rupturas, parcelamentos e perdas na vida cotidiana. Existe uma ruptura maior entre o cotidiano e o não-cotidiano, entre o privado e o público, entre a obra e os produtos. A mundo pós-moderno provoca separação e deslocação entre o homem e a natureza, entre os ritmos; provoca a perda ou a rejeição dos símbolos em favor dos signos, e logo dos sinais; a acentuação da divisão do trabalho, levada ao parcelamento extremo. Desta forma, a explosão do urbano e a sua difusão, provocam um uso fragmentado do espaço e do tempo urbano, levando a uma espécie de ruptura das experiências urbanas e do cotidiano. No caso do Brasil, a vida cotidiana:

por um lado, [...] se apresenta como banalidade e repetição e, por outro, é invadida pelos meios de comunicação de massa que a tornam um simulacro do mundo e de participação num mundo associado ao “prazer de comprar, do qual parcela significativa da população brasileira foi historicamente excluída até os anos 2000. (GÓES e SPOSITO, 2016, p.52).

Os temas do cotidiano e da modernidade são inesgotáveis, mas, antes de fazer considerações sobre as possibilidades de análise da fragmentação socioespacial, a partir de dimensões empíricas específicas, ressaltamos alguns pontos: i) o cotidiano urbano contemporâneo é atravessado por uma redefinição do par espaço privado – espaço público (SPOSITO e GÓES, 2013), ii) as práticas espaciais “comportam relações contraditórias entre reprodução e inovação, entre repetição e criação, entre o esperado e o inusitado, pares estes em frequente tensão” (GÓES e SPOSITO, 2016, p.41), iii) existe uma contradição perpétua, uma “dualidade constitutiva do cotidiano” (MACHEREY, 2005), uma relação dialética entre a determinação, o caráter imposto do cotidiano e as possibilidades de emancipação, de (re)criação deste (MACHEREY, 2005; PASÍN, 2004).

Apesar da complexidade do cotidiano, é necessário achar um ponto de partida para a sua análise empírica, à exemplo do projeto *FragUrb*-UNESP<sup>13</sup>, com cinco dimensões empíricas da análise do cotidiano: habitação, trabalho, consumo, lazer e mobilidade. Estas dimensões, apesar de remeter ao urbanismo modernista racional e funcional, aliás em função deste – que já definia seus quatro pilares na Carta de Atenas de 1933 (habitar, circular, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito) e adicionando o consumo – constituem um ponto inicial para se estudar o cotidiano. De fato, estes espaços/atividades representam uma grande parte do emprego do uso do tempo e dialogam fortemente com a espacialidade dos processos urbanos fragmentários. A este respeito, diversas metodologias quantitativas e qualitativas podem ser aplicadas para a análise destas dimensões empíricas, que devem ser olhadas no seu conjunto.

No que diz respeito ao espaço concebido, à escala “macro”, às variáveis estruturais e dos sistemas político-econômicos que regem a produção dos espaços urbanos, diversos dados quantitativos podem ser utilizado para verificar tendências fragmentárias, dentre outras: a concentração espacial dos mais ricos, a densidade do tecido urbano, a repartição das diferentes classes sociais no espaço (com dados censitários, dados de cadastros imobiliários, dados socioeconômicos), a evolução das desigualdades e das práticas de mobilidade (com pesquisas abrangentes do tipo origem e destino).

No tocante aos espaços percebido e vivido, as metodologias devem focar-se na compreensão das práticas espaciais do dia a dia, e nas representações e discursos sobre estas. Tomando o exemplo da mobilidade, o espaço concebido levaria em conta a ordem dominante de produção do espaço, e por tanto, as consequências do que foi planejado: os tempos de trajetos, o custo do transporte, as distâncias entre o lugar de moradia e as amenidades urbanas. O espaço percebido levaria ao estudo das práticas espaciais ligadas à esta dimensão do cotidiano, isto é, a uma necessária análise empírica da apropriação, da realidade urbana no dia a dia dos indivíduos. Por fim, o espaço vivido convida a uma análise das representações e das ações que podem permitir uma certa mudança ou oposição com relação ao que é imposto. Neste sentido, as práticas de mobilidade, são emblemáticas: ao mesmo tempo que elas podem reforçar a fragmentação – no caso de uma mobilidade restrita ou de “mobilidade em confinamento” (JIRÓN, 2010) – e/ou representar uma superação da fragmentação e uma conexão dos lugares fragmentados.

<sup>13</sup> *FragUrb* é o nome do projeto temático intitulado *Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos*, coordenado pelo GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais) - UNESP/Presidente Prudente. A proposta é o estudo da fragmentação socioespaciais nas cidades de São Paulo, Chapecó, Marabá, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Dourados, Maringá, Mossoró, Ituiutaba.

A vida cotidiana dos indivíduos, as suas práticas e representações, podem ser em parte capturadas por metodologias de cunho mais qualitativo como: entrevistas com cidadãos e agentes bem informados, grupos focais com moradores de um mesmo bairro, condomínio, prédio etc., percursos comentados dos deslocamentos de indivíduos, mas, também, métodos mais antropológicos de observação *in situ*. Este caminho analítico implica dar um certo crédito aos desejos, decisões e ações dos indivíduos, mas, também, às suas estratégias para lidar com o espaço concebido, ou eventualmente “fugir” dele. Neste sentido, esta espécie de “individualismo metodológico” poderia entrar em conflito com a outra abordagem que privilegia a análise dos determinantes do sistema.

Existe, à primeira vista, uma certa dicotomia entre o determinismo e a questão da liberdade efetiva dos cidadãos em termos de escolhas. Retomando os processos de segregação e de autosegregação (cuja intensificação caracteriza uma parte do processo de fragmentação), foi observado na literatura uma dicotomia que precisa ser discutida. A nossa hipótese consiste em dizer que o grau de liberdade de escolha dos indivíduos, o grau de submissão dos cidadãos ao espaço concebido, depende principalmente da classe social dos indivíduos e da sua localização no espaço. Em outras palavras, alguns grupos e classes sociais seriam “mais livres do que outros” (para diferenciarem-se, e escolherem seus lugares de moradia e de consumo, etc.) - parafraseando a fórmula de George Orwell, em termos de escolhas e práticas socioespaciais.

Por um lado, a crescente periferização das classes populares, indica a continuação de uma “segregação imposta”, imposta pelas dinâmicas imobiliárias e neoliberais da produção do espaço urbano, pelas políticas públicas e os órgãos de planejamento urbano. Um beneficiário do programa Minha Casa Minha Vida, sem desmerecer às inúmeras melhorias da vida com o acesso à propriedade, não escolhe a sua localização. Da mesma forma, um proprietário de carro tem mais chances de escolher os lugares a serem frequentados na cidade do que alguém que depende de um transporte coletivo oneroso, ineficiente ou quase inexistente. A concentração espacial dos mais ricos em áreas bem servidas por bens e serviços públicos, e/ou a sua autosegregação em condomínios fechados e “seguros”, é frequentemente interpretada como uma capacidade e um poder de escolha dos indivíduos em termos de práticas espaciais. Nesta dinâmica, a intensificação da concentração espacial dos ricos, parece ser ligada a uma questão de diferenciação socioespacial, de negação do direito a diferença, uma vez que aprofunda as impossibilidades de uma apropriação plena da cidade por parte dos cidadãos, mais especificamente para as pessoas e classes sociais cujas práticas são fortemente condicionadas (SPOSITO, 2019). Trata-se de diferenciação negativa porque se orienta no sentido contrário ao respeito às diferenças, especialmente da luta contra as discriminações às minorias (YOUNG, 1990) e das políticas de reconhecimento social das diferenças como maneira de atingir uma justiça social (FRASER, 1996).

Não obstante, por mais que as práticas dos mais ricos pareçam mais livres, ou menos restritas, em termos de escolhas de consumo, de lazer, etc., que as de grupos sociais de menor poder aquisitivo, é importante lembrar que elas também podem ser condicionadas. Na construção teórica de Lefebvre, como lembra Pasín (2004, p.6), existe uma “ideologização generalizada que impregna e manipula o cotidiano”, isto porque a divisão social do trabalho e a dominação de classe cria uma “falsa liberdade”, “a ilusória satisfação resultante de uma insatisfação prévia”. Lefebvre (1983, p.16) lembra que “falamos muito de decisão e dos poderes de decisão, ao passo que, de fato, estes poderes ficam nas mãos das autoridades”.

Através desta dupla abordagem partindo do estrutural, por um lado, e da vida cotidiana dos indivíduos, por outro lado, espera-se uma compreensão complexa dos processos fragmentários. A análise das práticas espaciais e cotidianas dos indivíduos é, neste sentido, relevante, na medida em que ressalta as contradições, as homogeneidades, as heterogeneidades e as hierarquias que constituem a fragmentação, enquanto processo e conceito.

## CONCLUSÃO

Considerada como um processo (uma lógica fragmentária), a ideia de fragmentação foi constituindo-se em conceito. Este ainda precisa de pesquisas empíricas e de delimitação conceitual para ganhar consistência enquanto “conceito de valor paradigmático”, mas também, para compreender os processos fragmentários para além das formas e morfologias urbanas. Para avançar neste sentido, além de continuar o diálogo entre as correntes teóricas explicativas das mudanças do urbano (aqui, a fase atual do capitalismo e a tese da urbanização planetária), alguns pontos precisam ser reforçados, como a integração da variável do tempo (e não só o espaço), uma atenção particular dada aos

conteúdos (por exemplo, as representações e discursos associados a determinadas práticas). É neste sentido que a análise do cotidiano se configura como um método para captar e explicar a fragmentação socioespacial, e isto implica analisar as práticas espaciais, (e as representações, e as experiências urbanas que o constituem). Em outras palavras, a constituição de um método para capturar a fragmentação socioespacial, ainda precisa de pesquisas empíricas para ser consolidado. O caminho proposto aqui consistiu em delimitar o conceito de fragmentação socioespacial na intersecção – entre universal e particular, entre as estruturas e as práticas espaciais – para apontar em direção à uma análise ampla das lógicas fragmentárias em curso no urbano.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São PAULO – FAPESP, que tem me auxiliado através de uma bolsa de pós-doutorado. Agradeço, também, a Professora Maria Encarnação Sposito, pela sua leitura atenta, e ao Professor João Carlos Monteiro, pela revisão.

## REFERÊNCIAS

- ABREU (De Almeida), M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, Rio de Janeiro, 1996.
- BÉHAR, D. Banlieues ghettos, quartiers populaires ou ville éclatée? L'espace urbain à l'épreuve de la nouvelle question sociale. **Les annales de la recherche urbaine**, n.68-69, p.6-14, 1995. <https://doi.org/10.3406/aru.1995.1893>
- BONDUKI, N; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: Reprodução do Espaço como expediente de Reprodução da Força de Trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). **A Pro-dução Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial** (2ed.), São Paulo, Alfa-Omega, 1982.
- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. La nouvelle vulgate planétaire, **Le Monde diplomatique**, Archives, 2000. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/05/BOURDIEU/13727>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRENNER, N. **Teses sobre a urbanização**. E-Metropolis, n.19, dez, 2014.
- BRENNER, N. **Espaços da Urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 356 p, 2018.
- BRENNER, N; SCHMID, C. Toward a new epistemology of the urban? **City**, vol.19, n.2-3, p. 151-182, 2015. <https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crimes, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 400 p, 2000.
- CARIOLA, C; LACABANA, M. La metrópole fragmentada. Caracas entre la pobreza y la globalización. **Revista Eure**, Vol. XXVII, n. 80, pp. 9-32, Santiago de Chile, 2001. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612001008000002>
- CASTELLS, M. **La question urbaine**. Paris: Édition François Maspero, première édition, 1972.
- CATALÃO, I. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate, **Revista Formação Online**, n.18, volume 2, p.39-62, jul/dez 2011, 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 409 p, 2016.
- LA TOUPIE: le dictionnaire de politique. **Paradigme**. Disponível em: <http://www.toupie.org/Dictionnaire/Paradigme.htm>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- DUHAU, E; GIGLIA, A. El orden metropolitano contemporáneo: entre la fragmentación y la interdependência. In: \_\_\_\_\_. **Metrópoli, espacio público y consumo**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 27-62, 2016.
- ESPINOSA, J; OSPINA, O. Fragmentación urbana. El caso de Quito: ciudad afuera, mercado al centro, vivienda adentro. **Revista Vivienda Popular**, segunda Época, n.19, oct, 2009.

- FRASER, N. *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition and Participation. The Tanner lectures on Human Values*, Stanford University, p.1-68, 1996.
- GÓES, E; SPOSITO, M. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente-SP. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege), p.39-65, v.12, n.19, jul-dez, 2016. <https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0002>
- GRAHAM, S; MARVIN, S. **Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition**. New York: Routledge, 512 p, 2001. [https://doi.org/10.4324/9780203452202\\_chapter\\_1](https://doi.org/10.4324/9780203452202_chapter_1)
- HABER, S. Le néolibéralisme est-il une phase du capitalisme? **Presses de Sciences-Po**, 2013/4, n.52, 2013. <https://doi.org/10.3917/rai.052.0025>
- HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in Urban Governance in Late Capitalism. **Geografiska Annaler**, Series B, Human Geography, 71(1), p.3-17, 1989. <https://doi.org/10.1080/04353684.1989.11879583>
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 301 p, 1994.
- HARVEY, D. **A brief history of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 256 p, 2005. <https://doi.org/10.1093/oso/9780199283262.001.0001>
- HARVEY, D. **Géographie de la domination**. Paris: Les prairies ordinaires, 128 p, 2008.
- HIDALGO, R; BORSODORF, A. Barrios cerrados y fragmentación urbana en América Latina: Estudio de las transformaciones socioespaciales en Santiago de Chile (1990-2000). **ResearchGate**, 2011.
- JIRÓN, P; MANSILLA, P. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago de Chile. **Eure**, vol.40, n.121, p.5-28, 2014. <https://doi.org/10.4067/S0250-71612014000300001>
- JONAS, A; WILSON, D. The city as a growth machine: Critical Reflections Two Decades Later. **State University of New York Press**, Albany, 1999.
- KUHN, T. **A estrutura das Revoluções Científicas**. University of Chicago Press, 264 p, 1962.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Editora Ática (1991), 1968.
- LEFEBVRE, H. **La révolution urbaine**. Gallimard, 1970.
- LEFEBVRE, H. Entretien avec Henri Lefebvre. **Video entrevista**. 1972. L'Office Nationale du Film du Canada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z4klH4Hz3yg> . Acesso em: 28 out. 2019
- LEFEBVRE, H. **La production de l'Espace**, Anthropos, 4ème édition, 2000, 1974.
- LEFEBVRE, H. Fulgurants progrès, crise de civilisation: quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. **Le Monde diplomatique**, p.16-17, 1983.
- LORRAIN, D. Varieties of capitalism: what we can learn from the study of urban firms? *In* PINSON, G; MOREL-JOURNEL, Ch. **Debating the neoliberal city**. London: Routledge, 232 p, 2016.
- MACHEREY, P. Entre Aliénation et liberation: H. Lefebvre et les contradictions de la vie quotidienne. **Groupe d'études "La philosophie au sens large"**, 23/03, 2005.
- MARQUES, E; REQUENA, C. O Centro voltou a crescer? Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidade na São Paulo dos anos 2000. **Novos Estudos**, n. 95, p.17-36, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000100002>
- MARQUES, E. Estrutura social e segregação em São Paulo: transformações na década de 2000. **Dados**, Vol. 57, 3, 2014. <https://doi.org/10.1590/00115258201421>
- MENDONÇA, J; COSTA, H (Eds). **Estado e Capital Imobiliário**. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Editora c/arte, 2011.
- MOLOTCH, H. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. **AJS**, 82(2), 1976. <https://doi.org/10.1086/226311>

- MORCUENDE, A. Interpreting sociospatial fragmentation, differential urbanization and everyday life: a critique for the latin American debate. **GEOgraphia**, vol:22, n. 49, 2020. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i49.a42283>
- NAVEZ-BOUCHANINE, F (dir). **La fragmentation en question** : les villes entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale ? Paris : L'harmattan, 288 p, 2002.
- PASÍN, A. La quotidienneté comme objet : Henri Lefebvre et Michel Maffesoli : deux lectures opposées. **Revue Sociétés**, 2002/4, n.78, p.5-16, 2004. <https://doi.org/10.3917/soc.078.0005>
- PINSON, G; JOURNAL, C. M. **Debating the neoliberal City**. London: Routledge, 232 p, 2016.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. Perfiles latino-americanos, **Revista de la Sede Académica de México de la Facultad latino-americana de Ciencias Sociales**, 2001. <https://doi.org/10.3406/bagf.2005.2481>
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M. De l'usage de la fragmentation urbaine en Amérique latine (vue de Buenos Aires). **Bulletin de l'Association de géographes français**, 82e année, 2005-4 (décembre). Intégration et fragmentation territoriale en Amérique latine. pp. 483-495, 2005.
- RIBEIRO, L-C. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências na metrópole do Rio de Janeiro, **IPPUR/UFRJ-FASE**, 31 p, 1999.
- SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 136 p, 1990.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- SÉGUIN, A.-M. Les quartiers: des lieux de fragmentation? **Cahiers de géographie du Québec**, Vol. 55, n.154, avril, 2011.
- SOUZA, M.- L(De). **Os conceitos fundamentais da pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 320 p, 2013.
- SPOSITO, M. E; GÓES, E. **Espaços fechados e cidades**: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 359 p, 2013.
- SPOSITO, M. E. Diferenças e desigualdades em cidades médias no Brasil: da segregação à fragmentação sócio-espacial. In: CONGRES OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, n.37, 2019, Boston, USA, may24-may27, 2019. **Proceedings...** Boston, USA, 2019.
- SUGAI, M.-I. **Segregação Silenciosa**: Investimentos públicos e dinâmica Socioespacial na área conturbada de Florianópolis. UFSC, 200 p, 2015.
- SWYNGEDOUW, E. The urbanization of Capital and the Production of Capitalist Nature, **The Oxford Handbook of Karl Marx**, 2018. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190695545.013.30>
- VIDAL, L. Les mots de la ville au Brésil. Un exemple: la notion de fragmentation. **Cahiers des Amériques Latines**, n.18, pp.161-181, 1995.
- WILLET, G. Paradigme, théorie, modèle, schema: qu'est ce donc? **Communication et Organisation**, 10/1996, p. 1-20, 1996.
- YOUNG, M. **Justice and the Politics of difference**. Princeton University, 1990. <https://doi.org/10.4000/communicationorganisation.1873>

---

Recebido em: 16/06/2020

Aceito para publicação em: 15/03/2021